



MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO, DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA
SOCIAL E DO AMBIENTE E DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

DESPACHO N.º 40/2019

A Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações (FECTRANS) comunicou, mediante aviso prévio, que os trabalhadores da Empresa Berrelhas de Camionagem, Lda. farão greve das 00h00 às 24h00 do dia 4 de junho de 2019.

No exercício do direito à greve é necessário salvaguardar outros direitos constitucionalmente protegidos, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 18.º e no n.º 3 do artigo 57.º da Constituição da República Portuguesa, sob pena de irreversível afetação de alguns desses direitos.

A empresa em causa é concessionária do Serviço Público de Transportes de Passageiros Municipal – Mobilidade Urbana de Viseu (MUV), assegurando serviços de transporte coletivo de passageiros, nomeadamente o transporte escolar de estudantes entre os locais de residência e os dos estabelecimentos de ensino, atividade esta que se destina à satisfação de necessidades sociais impreteríveis ligadas ao exercício do direito de deslocação e, de modo mediato, do direito à educação, os quais são direitos constitucionalmente protegidos.

Impõe-se, por isso, assegurar que, durante a greve, sejam prestados os serviços mínimos indispensáveis para ocorrer à satisfação das necessidades sociais impreteríveis, nos termos do mencionado n.º 3 do artigo 57.º da Constituição e do n.º 1 do artigo 537.º do Código do Trabalho.

A definição dos serviços mínimos indispensáveis para a satisfação das necessidades sociais impreteríveis deve ser feita por diversos modos subsidiariamente previstos no Código do Trabalho.

Nos termos do n.º 1 do artigo 538.º do Código do Trabalho, os serviços mínimos devem ser definidos por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho ou por acordo com os representantes dos trabalhadores. Porém, a regulamentação coletiva de trabalho aplicável às entidades em apreço não define os serviços mínimos a assegurar em situação de greve.

Tendo em consideração a eventual necessidade de se definir os serviços mínimos por acordo com os representantes dos trabalhadores, o aviso prévio de greve que se realize em empresa ou estabelecimento que se destine à satisfação de necessidades sociais impreteríveis deve conter uma proposta de serviços mínimos, de acordo com o n.º 3 do



MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO, DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA
SOCIAL E DO AMBIENTE E DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

artigo 534.º do Código do Trabalho.

No aviso prévio de greve, a FECTRANS considerou que *“face às atuais circunstâncias, não se mostra necessário o estabelecimento de serviços mínimos de transporte de passageiros”*, posição que mereceu a discordância da Empresa Berrelhas de Camionagem, Lda.

Nestas circunstâncias, uma vez que não houve acordo anterior ao aviso prévio, o serviço competente do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social promoveu uma reunião entre os representantes da associação sindical e da entidade empregadora visada pela greve, tendo em vista a negociação de um acordo sobre os serviços mínimos a prestar e os meios necessários para os assegurar, em cumprimento do n.º 2 do artigo 538.º do Código do Trabalho. Nessa reunião, a Empresa Berrelhas de Camionagem, Lda. apresentou uma proposta de serviços mínimos para o período de greve com a qual a associação sindical não concordou, pelo que não foi possível a obtenção de um acordo entre as partes.

A empresa em questão é uma empresa privada, pelo que, não tendo existido acordo, a definição dos serviços mínimos e dos meios necessários para os assegurar compete aos Ministros responsáveis pela área laboral e pelo setor de atividade em causa, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 538.º do Código do Trabalho.

Constata-se, pois, que relativamente à greve em apreço, as necessidades sociais impreteríveis a acautelar são ligadas ao transporte de estudantes entre as localidades de residência e dos respetivos estabelecimentos de ensino, de modo a salvaguardar o direito constitucional à educação, pelo que os serviços mínimos a assegurar são os necessários à realização do transporte escolar.

Assim, nos termos do n.º 1 e da alínea b) do n.º 2 do artigo 537.º e da alínea a) do n.º 4 do artigo 538.º do Código do Trabalho, o Ministro da Educação, o Ministro do Ambiente e da Transição Energética e o Secretário de Estado do Emprego, ao abrigo da delegação de competências que lhe foi conferida pelo Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social nos termos do n.º 1 do Despacho n.º 1300/2016, de 13 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 18, de 27 de janeiro de 2016, determinam o seguinte:

1. Durante a greve declarada pela Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações (FECTRANS) para os trabalhadores da Empresa Berrelhas de



MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO, DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA
SOCIAL E DO AMBIENTE E DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Camionagem, Lda., a ter lugar no dia 4 de junho de 2019, a referida associação sindical e os trabalhadores com a categoria de motorista que adiram à greve devem assegurar o funcionamento, nos períodos compreendidos entre as 7h00 e as 9h00 e entre as 17h00 e as 19h00, das linhas interurbanas e dos circuitos urbanos (linhas circulares) C1 e C2 e linhas concelhias da rede MUV – Mobilidade Urbana de Viseu, por via das quais seja assegurado o transporte escolar de estudantes entre as localidades de residência e os respetivos estabelecimentos de ensino.

2. Os trabalhadores necessários para assegurar os serviços mínimos referidos no número anterior são designados pela Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações até 24 horas antes do início da greve ou, se aquela não o fizer, deve a empresa proceder a essa designação.
3. Transmita-se de imediato à Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações e à Empresa Berrelhas de Camionagem, Lda. para os efeitos dos n.ºs 6 e 7 do artigo 538.º do Código do Trabalho.

O Ministro da Educação,
**Tiago Brandão
Rodrigues**
(Tiago Brandão Rodrigues)

Assinado de forma digital por
Tiago Brandão Rodrigues
Dados: 2019.05.29 18:50:20
+01'00'

O Ministro do Ambiente e da Transição Energética,

João Pedro Soeiro
de Matos Fernandes
(João Pedro Matos Fernandes)

Assinado de forma digital por João
Pedro Soeiro de Matos Fernandes
Dados: 2019.05.30 10:50:26 +01'00'

O Secretário de Estado do Emprego,

**Miguel Filipe
Pardal Cabrita**
(Miguel Filipe Pardal Cabrita)

Assinado de forma digital
por Miguel Filipe Pardal
Cabrita
Dados: 2019.05.30 11:39:50
+01'00'